

BRASILCAP**Rumo aos***temos muito o
que comemorar*

Há 30 anos, a Brasilcap impulsiona sonhos e transforma vidas por todo o Brasil através da capitalização. **Nossos resultados** abrem caminho para um futuro ainda mais promissor, reafirmando o nosso compromisso de transformar sonhos e construir um futuro melhor para milhares de brasileiros.

**Rumo aos 30 anos, uma jornada feita de grandes números em 2024:**

- **Faturamento de R\$ 6,72 bilhões**
- **Reservas técnicas de R\$ 11,02 bilhões**
- **Lucro líquido de R\$ 280,77 milhões**
- **Sorteios pagos de R\$ 62,72 milhões**
- **Resgates pagos de R\$ 6,90 bilhões**
- **Ativos totais de R\$ 13,53 bilhões**

Nosso aniversário está chegando e, com ele, a certeza de que teremos ainda mais conquistas para comemorar.

BRASILCAP

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 15.138.043/0001-05 | www.brasilcap.com.br
SAC: 0800-729-0800 – Ouvidoria: 0800-729-3478
Atendimento para deficientes de audição ou de fala: 0800-729-0088



BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2024

Senhores Acionistas,

No exercício de 2024, a Brasilcap alcançou faturamento de R\$ 6,72 bilhões, representando crescimento de 4,17% nas vendas em relação ao ano anterior. A Companhia alcançou o montante de R\$ 11,02 bilhões de reservas técnicas, os ativos totais atingiram o patamar de R\$ 13,53 bilhões e o lucro líquido resultou em R\$ 280,77 milhões. O Ourocap, produto da modalidade Tradicional, comercializado pela BB Corretora nos canais do Banco do Brasil ("BB"), manteve posição de destaque no faturamento da Companhia, resultado do engajamento da força de vendas, aprimoramento da jornada do cliente e impulsionamentos digitais. A Companhia permanece diversificando as soluções para novos negócios, utilizando também as modalidades Garantia, Incentivo, Popular e Filantropia Premiável. A Brasilcap evoluiu em seus modelos de negócios e parcerias, como por exemplo o lançamento do produto Sortezinha Inter, produto de modalidade popular de baixo ticket com foco em sorteios. Complementando este portfólio versátil, o Cap Fíador, da modalidade Garantia, registrou crescimento de 15% nas vendas do exercício. A solução oferecida para garantia de aluguel, conta atualmente com 185 parceiros comerciais, sendo 25 deles prospectados em 2024, que possuem em suas carteiras 5.000 Imobiliárias distribuídas em todo país. Em linha com o seu propósito de transformar a vida dos brasileiros por meio da realização de planos, em 2024, a Brasilcap injetou diretamente na economia brasileira R\$ 6,90 bilhões por meio da devolução das reservas dos seus clientes. Em prêmios de sorteios foram pagos mais de R\$ 62,72 milhões para clientes portadores de cerca de 40 mil títulos de capitalização. Em relação à gestão dos ativos financeiros, a Companhia demonstrou eficiência mesmo diante do cenário de incerteza ao longo do ano. Internamente, os desafios da dinâmica econômica impactaram a trajetória da taxa básica de juros (SELIC), que encerrou o período em 12,25% a.a. No contexto internacional, os bancos centrais mantiveram esforços para controlar a inflação, iniciando um ciclo de redução das taxas de juros. A interação entre os fatores internos e externos influenciou o comportamento dos mercados financeiros, gerando oportunidades de investimentos que foram capturadas pela Brasilcap. A Companhia segue declarando que os ativos financeiros são administrados de acordo com as boas práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os títulos marcados na categoria Custo Amortizado, no montante de R\$ 7,18 bilhões. O Estatuto Social da Brasilcap estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício após destinações legais. A política de gestão de capital e remuneração aos acionistas da Companhia estabelece diretrizes para a manutenção do patrimônio líquido em volume suficiente para garantir a solvência da Companhia e ativos garantidores em montante suficientes para cobertura das reservas técnicas, conforme estabelecido pelo órgão regulador. A Brasilcap ajustou seus normativos e processos de riscos e controles internos, conforme

exigência da Circular SUSEP 666/22 e incluiu em suas atividades a elaboração do estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade, concluindo pela não materialidade dos riscos dessa categoria para a Companhia. Ainda sob a ótica de sustentabilidade, a Brasilcap evoluiu em ações com foco em seu propósito de transformar a vida das pessoas e da sociedade, seja por meio dos produtos da modalidade Filantropia Premiável, seja mediante projetos de cunho cultural, social ou de proteção ambiental. Além do apoio a cinco iniciativas relevantes por meio da lei de incentivo à cultura, somando R\$ 2,68 milhões, a Companhia acompanhou no último ano a execução de seis patrocínios culturais que circularam pelo Brasil a partir de apoio financeiro realizado em dezembro de 2023. Em relação aos projetos sociais e esportivos, destinou a 11 projetos, que atuam em cerca de 67 municípios brasileiros, o valor de R\$ 3,06 milhões, apoiados também por meio da Lei do Esporte, Fundo da Criança e do Adolescente, Lei do Idoso, Pronon e Pronas. A Brasilcap também conheceu mais a fundo as 24 instituições atendidas em 2024 a partir de aporte realizado em dezembro de 2023. Todos são projetos alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia, à matriz de materialidade corporativa e, ainda, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS elencados como relevantes para a Brasilcap, fomentando oportunidades em educação, saúde, conscientização ambiental, entre outros. Ao longo de 2024 foram realizadas ações de endomarketing e treinamentos focados em letramento e conscientização sobre a importância da diversidade e inclusão no ambiente corporativo, destacando temas como Igualdade de Gênero, a causa LGBTQIAP+ e Igualdade Racial. Neste sentido, um importante movimento da Companhia foi a assinatura da "Pacto pela Promoção da Equidade", também em linha com a meta corporativa de ampliar o número de mulheres e pessoas negras em posição de liderança. A Brasilcap também publicou sua nova Matriz de Materialidade e aplicou um Censo interno, refletindo o amadurecimento dos aspectos ASG na cultura e estratégia da Companhia. No âmbito de reconhecimentos institucionais, a Brasilcap conquistou, pela quinta vez consecutiva, o "Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente", o "Prêmio Reclame Aqui" e as certificações "Empresa Cidadã", pelo 14º ano consecutivo, e "Jurídico 4.0", além de mais uma vez ter sido destaque no Prêmio de Inovação CNseg, confirmando sua atuação como referência no setor de seguridade brasileiro.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, aos parceiros comerciais e aos nossos colaboradores.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023		Passivo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
Circulante		6.085.372	9.376.335			Circulante		11.418.697	11.473.796		
Disponível		370	34			Contas a Pagar		392.659	130.402		
Aplicações	5	6.047.423	9.301.068			Obrigações a Pagar	13	24.990	37.566		
Créditos das Operações de Capitalização	8	23.677	60.660			Impostos e Encargos Sociais a Recolher		3.253	3.070		
Outros Créditos Operacionais		5.301	4.805			Encargos Trabalhistas		5.514	6.308		
Títulos e Créditos a Receber	9	3.861	4.761			Empréstimos, Financiamentos e Títulos de Dívida	14	251.405	-		
Outros Créditos		3.861	4.761			Impostos e Contribuições	15	106.207	82.446		
Despesas Antecipadas		4.740	5.007			Outras Contas a Pagar		1.290	1.012		
Não circulante		7.445.778	4.109.783			Débitos de Operações com Capitalização	12	3.468	6.095		
Realizável a Longo Prazo		7.439.462	4.102.699			Débitos Operacionais		3.468	6.095		
Aplicações	5	5.917.867	2.670.477			Provisões Técnicas - Capitalização	16	11.020.215	11.335.717		
Títulos e Créditos a Receber	9	1.510.421	1.420.175			Provisão para Resgates		10.941.072	11.245.768		
Créditos Tributários e Previdenciários	10	195.362	201.733			Provisão para Sorteios		79.143	89.949		
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	1.315.059	1.218.442			Débitos Diversos	17	2.355	1.582		
Despesas Antecipadas		396	993			Não circulante		1.308.709	1.246.101		
Outros Valores e Bens	17	10.778	11.054			Contas a Pagar		56	57		
Investimentos		423	1.125			Outras Contas a Pagar		56	57		
Imóveis Destinados a Renda		82	82			Outros Débitos		1.308.653	1.246.044		
Outros Investimentos		341	1.043			Provisões Judiciais	11	1.298.362	1.235.341		
Imobilizado		4.970	5.825			Débitos Diversos	17	10.291	10.703		
Imóveis de Uso Próprio		83	83			Patrimônio líquido	18	803.744	766.221		
Bens Móveis		2.644	3.172			Capital Social		354.398	354.398		
Outras Imobilizações		2.243	2.570			Reservas de Lucros		449.454	430.429		
Intangível		923	134			Ajuste de Avaliação Patrimonial		(108)	(18.606)		
Total do ativo		13.531.150	13.486.118			Total do passivo		13.531.150	13.486.118		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto o Lucro Líquido por ações em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	Reclassificado 31/12/2023
Receitas com Títulos de Capitalização		6.716.787	6.447.771
Contribuição com Títulos de Capitalização	19	6.716.787	6.447.771
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio		6.057.361	5.818.748
Contribuição - Quotas de Carregamento		659.426	629.023
Varição das Provisões de Resgates	19	(5.991.376)	(5.708.258)
Varição da Provisão de Sorteios	19	(49.409)	(54.036)
Custos de Aquisição	19	(598.952)	(574.492)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19	79.695	68.192
Outras Receitas Operacionais		81.922	70.809
Outras Despesas Operacionais		(2.227)	(2.617)
Despesas Administrativas	19	(128.267)	(137.870)
Pessoal Próprio		(75.156)	(72.572)
Serviços de Terceiros		(34.428)	(44.531)
Localização e Funcionamento		(7.579)	(8.098)
Publicidade e Propaganda		(6.359)	(7.914)
Publicações		(143)	(176)
Donativos e Contribuições		(3.737)	(3.905)
Despesas Administrativas Diversas		(865)	(674)
Despesas com Tributos	19	(41.908)	(40.953)
Resultado Financeiro	19	465.615	442.554
Receitas Financeiras		1.266.601	1.219.287
Despesas Financeiras		(800.986)	(776.733)
Resultado Patrimonial	19	(702)	-
Despesas com Outros Investimentos		(702)	-
Resultado Operacional		451.483	442.908
Ganhos e perdas com Ativos Não Correntes	19	(65)	(7)
Resultado antes dos Impostos e Participações		451.418	442.901
Imposto de Renda	19	(106.012)	(102.168)
Contribuição Social	19	(55.173)	(63.996)
Participações sobre o Lucro		(9.463)	(8.400)
Lucro Líquido do Exercício		280.770	268.337
Quantidade de ações	18	400.340.000	400.340.000
Lucro Líquido por ação		0,7013	0,6703

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	280.770	268.337
Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado:		
Resultados não realizados com Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	30.830	96.666
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.332)	(38.666)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	299.268	326.337

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Atividades Operacionais		280.770	268.337
Lucro Líquido do Exercício		280.770	268.337
Ajustes para:		601.294	649.426
Depreciações e Amortizações		3.059	2.821
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível		96	7
Provisão para desvalorização - Outros Investimentos		702	-
Atualização Monetária sobre Tributos		(10.088)	(2.500)
Atualização Monetária sobre as Provisões Técnicas	16	686.478	724.159
Receita com a Prescrição/ Penalidade de Títulos de Capitalização	16	(81.793)	(70.759)
Outros Ajustes		2.840	(4.302)
Varição das Contas Patrimoniais:		(706.292)	(621.657)
Ativos Financeiros	5	6.255	(1.963.597)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5	18.498	58.000
Créditos das Operações de Capitalização	8	36.983	(33.725)
Créditos Fiscais e Previdenciários	10	10.088	302
Ativo Fiscal Diferido	10	6.371	37.492
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	(96.617)	(92.055)
Despesas Antecipadas		864	(2.553)
Outros Ativos		404	1.421
Contas a Pagar		(12.476)	64.038
Impostos e Contribuições	15	183.311	128.736
Outras Contas a Pagar		-	(23)
Débitos de Operações com Capitalização	12	(2.627)	1.292
Provisões Técnicas - Capitalização	16	(920.187)	1.073.965
Provisões Judiciais	11	63.021	103.697
Outros Passivos		-	1.353
Caixa Gerado pelas Operações		175.772	296.106
Impostos e Contribuições sobre o Lucro pagos		(159.370)	(63.507)
Juros Pagos		(1.444)	(1.428)
Caixa Líquido (Consumido Nas)/Gerado pelas Atividades Operacionais		14.958	231.171
Atividades de Investimento		(1.188)	(774)
(-) Pagamento pela Compra:		(1.188)	(774)
Imobilizado		(319)	(636)
Intangível		(869)	(138)
Caixa Líquido (Consumido Nas)/Gerado pelas Atividades de Investimento		(1.188)	(774)
Atividades de Financiamento		(262.179)	(229.273)
Dividendos Pagos		250.000	-
Aquisição de Empréstimos	14	-	-
Arrendamento Mercantil Pagos	17	(1.255)	(1.102)
Caixa Líquido (Consumido Nas)/Gerado pelas Atividades de Financiamento		(13.434)	(230.375)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		336	22
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		34	12
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		370	34

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Outras Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		354.398	57.317	314.671	(76.606)	-	649.780
Distribuição Dividendos Adicionais por meio de Reservas de Lucros (R\$0,12 por ação)	18	-	-	(46.166)	-	-	(46.166)
Distribuição Dividendos Intermediários por meio de Reservas de Lucros (R\$0,25 por ação)	18	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	58.000	-	58.000
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	268.337	268.337
Constituição da Reserva Legal	18	-	13.417	-	-	(13.417)	-
Pagamento de Dividendos Intermediários por meio do resultado do 1º semestre de 2023 (R\$ 0,16 por ação)	18	-	-	-	-	(63.065)	(63.065)
Dividendos mínimos obrigatórios complementar	18	-	-	-	-	(665)	(665)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 0,48 por ação)	18	-	-	191.190	-	(191.190)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		354.398	70.734	359.695	(18.606)	-	766.221
Distribuição Dividendos Adicionais por meio de Reservas de Lucros (R\$0,48 por ação)	18	-	-	(191.190)	-	-	(191.190)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	18.498	-	18.498
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	280.770	280.770
Pagamento de Dividendos Intermediários por meio do resultado do 1º semestre de 2024 (R\$ 0,18 por ação)	18	-	-	-	-	(70.555)	(70.555)
Constituição da Reserva Legal	18	-	146	-	-	(146)	-
Constituição de Reserva de Lucros	18	-	-	210.069	-	(210.069)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		354.398	70.880	378.574	(108)	-	803.744

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

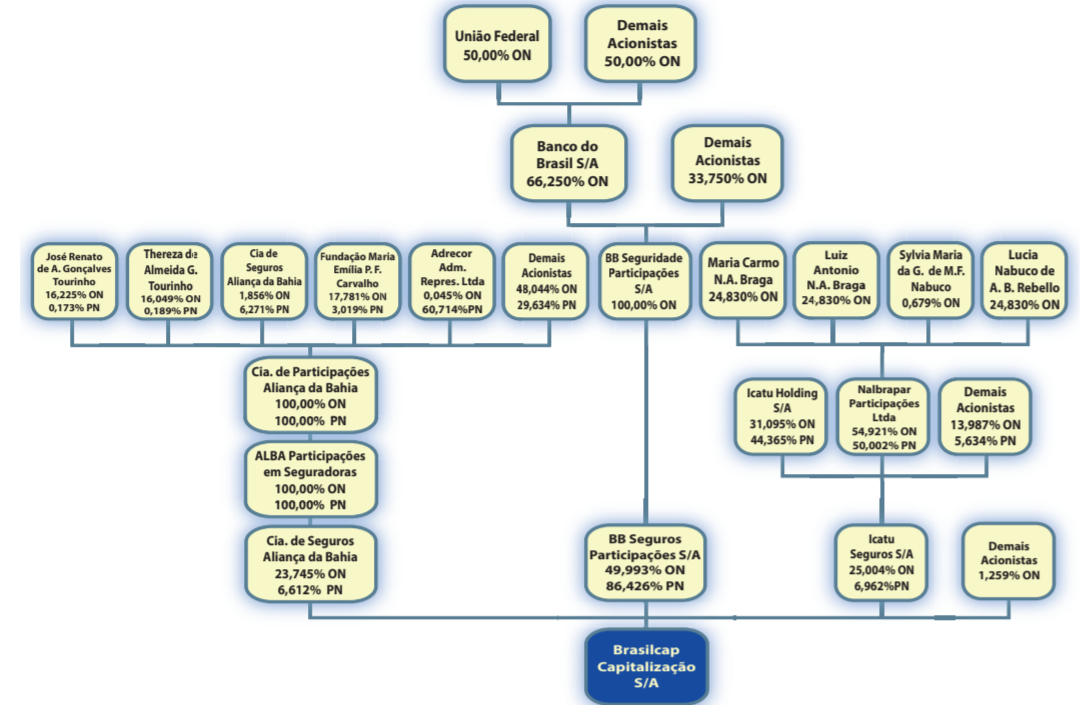
CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a instituir e comercializar planos de Capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de Capitalização. Está inscrita sob o CNPJ 15.138.043/0001-05 estabelecida na Avenida República do Chile, nº 330, Bloco 1, sala 701, Centro, Rio de Janeiro. A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), a BB Seguros Participações S.A. com 49,99%, a Icatu Seguros S.A. com 25,00%, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,75% e demais acionistas com 1,26% das ações. A Composição Acionária completa, incluindo as Ações Preferenciais - PN, está demonstrada abaixo e na nota explicativa nº 16.



A Brasilcap ocupa uma posição de destaque no seu segmento de atuação e oferece títulos de capitalização que ajudam os clientes a realizarem seus projetos por meio da acumulação de reservas financeiras e de valores distribuídos em sorteios. O principal canal de venda e distribuição da Companhia é a rede de agências do Banco do Brasil, o qual é acionista controlador da BB Seguros Participações S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, emitida em 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores. Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP emitiu a Circular nº 678, que dentre outros assuntos, altera o plano de contas e os modelos de publicação das Demonstrações Financeiras. Especificamente para as empresas de Capitalização, as seguintes reclassificações foram efetuadas para adequação ao novo modelo de publicação: (i) as receitas com títulos de capitalização passaram a ser contabilizadas e apresentadas de forma segregada em receitas com cotas de capitalização e sorteio e cotas de carregamento; (ii) a rubrica variação da provisão para resgate passa a ser apresentada separadamente das receitas com títulos de capitalização; (iii) a rubrica variações das provisões técnicas foi extinta, as variações das provisões para distribuição de bônus e a variação da provisão complementar de sorteio passaram a compor o grupo variação das provisões de resgates e variação da provisão de sorteios, respectivamente. Em decorrência das alterações mencionadas no parágrafo acima, demonstramos os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, reclassificados para fins de comparabilidade do balanço patrimonial e demonstração de resultado, respectivamente.

	Originalmente Apresentado 31/12/2023	Reclassificações	Reclassificado 31/12/2023
Demonstração do Resultado - Circular 648/2021			
Receitas Líquidas com títulos de capitalização	740.071	-	740.071
Arrecadação com Títulos de Capitalização	6.447.771	(6.447.771)	-
Variação da Provisão para Resgate	(5.707.700)	5.707.700	-
Variação das Provisões Técnicas	(503)	503	-
Resultado com Sorteio	(54.091)	54.091	-
Resultados Operacionais, Administrativos, Financeiros e Patrimoniais	(242.576)	-	(242.576)
Resultado antes dos Impostos e Participações	442.901	-	442.901
Impostos e Participações sobre o Lucro	(174.564)	-	(174.564)
Lucro Líquido do Exercício	268.337	-	268.337
Demonstração do Resultado - Circular 678/2022			
Receita com Títulos de Capitalização	-	6.447.771	6.447.771
Contribuição com títulos de Capitalização	-	6.447.771	12.895.542
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio	5.818.748	5.818.748	11.637.496
Contribuição - Quotas de Carregamento	629.023	629.023	1.258.046
Variação das Provisões de Resgates	(5.708.258)	(5.708.258)	-
Variação da Provisão de Sorteios	(54.036)	54.036	-
Resultados Operacionais, Administrativos, Financeiros e Patrimoniais	(242.576)	-	(242.576)
Resultado antes dos Impostos e Participações	442.901	-	442.901
Impostos e Participações sobre o Lucro	(174.564)	-	(174.564)
Lucro Líquido do Exercício	268.337	-	268.337

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

- Os Instrumentos Financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e
- Os Instrumentos Financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo, a não ser que, explicitamente, seja indicada ao contrário.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração, em reunião datada de 5 de fevereiro de 2025.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para os registros de certas transações que afetam os Ativos e os Passivos, as Receitas e as Despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras encontram-se nas seguintes notas:

- Nota explicativa nº 6 - Avaliação do valor justo de determinados Instrumentos Financeiros;
- Nota explicativa nº 10 - Reconhecimento e avaliação de Créditos Tributários Diferidos; e
- Nota explicativa nº 11 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes.

Revisões periódicas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil dos efeitos, que por ventura surjam, são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem.

2.6. Gestão do Capital

Na Gestão do Capital, a Companhia observa a alocação de Capital Baseado em Risco, conforme normas vigentes da SUSEP, tendo como objetivo manter o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR - Capital Mínimo Requerido. Atualmente, a apuração da solvência regulatória é regida pela Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores. Especificamente para a Capitalização, entre as alterações trazidas por esse normativo, destaca-se a forma de apuração do superávit das provisões matemáticas que, a partir de 2 de janeiro de 2024, passou a ser considerado também quando o valor se apresentar negativo, podendo gerar redução no valor do PLA (Art. 56 inciso 2 alínea f). Até o momento, não houve impacto na apuração da solvência da Companhia.

A suficiência de capital, para a data-base 31 de dezembro de 2024, foi calculada de acordo com normas CNSP para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), em seus níveis de qualidade, demonstrados conforme quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Exigência de Capital Mínimo Requerido		
Patrimônio Líquido (nota explicativa nº 4.2)	803.744	766.221
Créditos Tributários de diferenças temporárias	(195.362)	(201.733)
Despesa Antecipada	(5.136)	(6.000)
Ativos Intangíveis	(923)	(134)
Obra de arte	(3)	(3)
Imóveis	(166)	(166)
Ajustes Contábeis	(201.590)	(208.036)
Mais ou menos valia dos Ativos mensurados ao custo amortizado	(425.579)	26.166
PLA nível 1	176.575	584.351
Superávits Fluxos Realistas relativos ao PLA nível 2	54.109	28.204
Ajustes relativos ao PLA nível 3	29.417	31.509
PLA nível 2 + PLA nível 3	83.526	59.713
Patrimônio Líquido Ajustado	260.101	644.064
Capital Base	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Crédito	41.365	63.009
Capital Adicional de Risco de Subscrição	43.846	41.774
Capital Adicional de Risco de Mercado	124.745	127.586
Capital Adicional de Risco Operacional	33.873	33.115
Benefício da Correlação entre Riscos	(47.711)	(55.424)
Capital de Risco	196.118	210.062
Solvência = Razão entre PLA e CMR - %	132,62%	306,61%
Excesso de Capital - R\$ mil	63.983	434.002
Exigência de cobertura de provisões técnicas	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Garantidos (nota explicativa nº 7)	11.125.568	12.009.306
Provisões Técnicas (nota explicativa nº 7)	11.020.215	11.335.717
Excesso de cobertura	105.353	673.589

3. Políticas Contábeis Materiais

A descrição das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras está informada nas respectivas notas explicativas. As práticas contábeis adotadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, exceto pelas alterações introduzidas pela Circular 678/2022, descritas nas notas 2.1 e 3.2.

3.1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas e ainda não aplicáveis.

Normas e interpretações revisadas já emitidas, mas que não foram referendadas pela SUSEP até 31 de dezembro de 2024, e por isto não estão sendo adotadas de forma antecipada pela Companhia.

- Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substitui a IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*. A IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras. A IFRS 18 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. No ambiente brasileiro, a norma ainda não foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia acompanha e aguarda a regulamentação pela SUSEP.
- Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - *Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures*, a qual permite que uma subsidiária reduza substancialmente suas divulgações. Para ser elegível, a subsidiária não deve ter responsabilidade pública e sua controladora final ou intermediária deve elaborar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. No ambiente brasileiro, a norma ainda não foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em setembro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) aprovou o CBPS 01 e CBPS02, que requerem que a entidade divulgue informações sobre os riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade e ao clima. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio das NBC TDS01 e NBC TDS02 dispõe que a norma se aplica em, ou após, 1º de janeiro de 2026, contudo os pronunciamentos ainda não foram referendados pela SUSEP.

Emenda Constitucional nº 132 de 20 de dezembro de 2023 - Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que dispõe sobre as bases para a reforma tributária. O principal efeito é a criação do IVA dual: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de competência compartilhada entre os Estados, Distrito Federal e Municípios que substituirá cinco tributos: PIS, COFINS, ICMS, IPI e ISS. O projeto de Lei Complementar PL 68/2024, que regulamentará o IBS e CBS, encontra-se em fase de sanção pelo Poder Executivo.

3.2. Novos ou revisados pronunciamentos vigentes a partir de 1 de janeiro de 2024

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme o *International Accounting Standard Board (IASB)* e foi referendado pela SUSEP para a entrada em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024. A norma dispõe sobre novos critérios de classificação dos instrumentos financeiros, levando-se em consideração o modelo de negócios pelo qual o ativo é gerenciado e as características dos fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) Valor justo por meio do Resultado (VJR), (ii) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado e (iii) Ativos Financeiros registrados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Além disso, o normativo introduz o modelo de perdas esperadas para risco de crédito.

Em relação aos ativos financeiros, entende-se que, em função de suas características e do objetivo definido para cada classe de mensuração, não há diferença de prática contábil entre os CPC's 38 e 48. A respeito da contabilidade de *hedge*, as mudanças trazidas pelo CPC 48 não geram impactos, uma vez que a Companhia não possui operações de *hedge accounting*. No que tange à mudança de modelo sobre o reconhecimento de perdas de crédito esperada trazido pelo CPC 48, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou e concluiu não haver perda esperada a ser provisionada, uma vez que os títulos e valores mobiliários de crédito privado são mensurados a valor justo por meio do resultado, já refletindo em seu preço o risco de perda implícito dos agentes de mercado.

4. Gerenciamento dos Riscos

4.1. Governança dos Riscos

A estrutura de governança de riscos da Companhia contempla os Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Subscrição e Operacional, além de outros riscos inerentes ao negócio, devidamente monitorados pelos órgãos de governança da Companhia.

Por princípio e observância das boas práticas de Gestão de Riscos, a estrutura e processos de gestão e governança contemplam a segregação de funções entre negócio e gestão de risco, a existência de estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos, decisões colegiadas, política de Gestão de Riscos, Declaração de Apetite a Riscos, normas de Gestão de Riscos, de Governança de Riscos, de Análise Prévia de Mudanças, de apuração da Solvência e Liquidez. A estrutura organizacional de Gestão de Riscos é constituída pelas Gerências de Riscos Corporativos e de Conformidade, subordinadas diretamente ao Gerente Executivo de Riscos e Conformidade, estando esse subordinado ao Diretor de Riscos e Controles Internos.

A Gerência de Riscos Corporativos é responsável pelo acompanhamento e verificação de enquadramento aos limites definidos pelo Conselho de Administração, na Declaração de Apetite a Riscos e utiliza indicadores chaves de riscos, monitorados mensalmente.

As informações sobre exposição a riscos, bem como eventuais desenquadramentos são reportados aos respectivos Gerentes Executivos e Diretores, à Diretoria Executiva e aos Órgãos de Governança, conforme estabelecido na Política de Gestão de Riscos, na Declaração de Apetite a Riscos e na Norma de Gestão de Riscos da Companhia. A Auditoria Interna, órgão permanente da Companhia, é responsável por avaliar e emitir pareceres periódicos sobre os processos de gestão de riscos. Os pontos identificados pelos auditores internos são registrados como recomendações de auditoria interna e geram ações administrativas e gerenciais de melhoria, para tratamento das causas e efeitos de cada fragilidade observada.

4.2. Risco de Mercado

Política de Riscos de Mercado
A Política de Liquidez e Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, contempla todos os Ativos Financeiros e a diretriz sobre a utilização de Instrumentos Derivativos para fins de proteção (*hedge*).

Exposição aos Riscos de Mercado

A demonstração da exposição aos Riscos de Mercado da Companhia nos últimos períodos pode ser vista no quadro a seguir:

Fatores de Risco	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de Juros Prefixada	8.496.667	6.552.995
Taxa de Juros Pós-Fixada	3.400.644	3.955.667
Derivativos p/Hedge (Ajustes)	6.064	0,05%
Cupom de IPCA	-	173.308
Ações Cia Aberta	1.648	4.525
Caixa/Compromissadas 1 dia	60.267	1.285.050
Total	11.965.290	11.971.545

Análise de Sensibilidade

Para elaboração da Análise de Sensibilidade das posições passivas e ativas da Companhia, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros e os cupons de juros dos papéis indexados a índices de inflação sofreriam aumento ou redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual). Esta metodologia não faz juízo de qual choque poderia ocorrer sobre os fatores de riscos, atribuindo variação unitária a esses fatores e considerando que variações de outra grandeza teriam impactos proporcionais sobre os montantes da carteira de investimentos. Os resultados dos testes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Após IR/CS	Antes do IR/CS	Após IR/CS	Antes do IR/CS
Efeito sobre o Patrimônio Líquido				
Elevação das Taxas de Juros em 1 ponto percentual:				
Taxa de Juros Prefixada	34.383	57.306	(44.951)	(74.918)
Taxa de Juros Pós-Fixada	-	1	(4)	(7)
Cupom de IPCA	-	-	(593)	(988)
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	86.994	144.991	78.600	131.001
Total	121.377	202.298	33.052	55.088
Redução da Taxa de Juros em 1 ponto percentual:				
Taxa de Juros Prefixada	(37.194)	(61.989)	46.843	78.071
Taxa de Juros Pós-Fixada	-	(1)	4	7
Cupom de IPCA	-	-	602	1.003
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	(89.501)	(149.168)	(80.947)	(134.911)
Total	(126.695)	(211.158)	(33.498)	(55.830)

O quadro, abaixo, demonstra a composição de Ativos e Passivos da Companhia:

	31/12/2024		31/12/2023	
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo Total	13.531.150	13.486.118	13.486.118	13.486.118
Aplicações Financeiras	11.963.642	88,42%	11.967.020	88,74%
Fundo de Renda Variável (1)	1.648	0,01%	4.525	0,03%
Depósitos Judiciais (2)	1.315.059	9,72%	1.218.442	9,03%
Demais Ativos (4)	250.801	1,85%	296.131	2,20%
Passivo Total	13.531.150	100,00%	13.486.118	100,00%
Provisões Técnicas	11.020.215	81,44%	11.335.717	84,05%
Provisões Judiciais Fiscais (3)	1.297.828	9,59%	1.234.402	9,15%
Demais Passivos (5)	409.563	3,03%	149.778	1,11%
Patrimônio Líquido (nota explicativa nº 2.6)	803.744	5,94%	766.221	5,69%

As oscilações dos Fundos de Renda Variável (1) e das Provisões de Bônus não reconhecidas nos resultados da Companhia em igual valor. Os resultados destas oscilações são totalmente creditados ou debitados aos titulares dos produtos Ouracop Flex.

Os valores registrados no Ativo como Depósitos Judiciais (2) e, no Passivo, como Provisões Judiciais Fiscais (3) são contas de mesma natureza. Uma vez efetuado o depósito judicial, qualquer alteração na sua remuneração afetará tanto a obrigação quanto o ativo representado pelo depósito judicial, com efeito reduzido sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Essas características e o fato desses ativos e passivos não poderem ser negociados justificam sua exclusão para fins do Teste de Análise de Sensibilidade.

A Companhia avaliou a exposição aos riscos dos Demais Ativos (4) e Demais Passivos (5) e concluiu não haver necessidade de se efetuar Testes de Análise de Sensibilidade, em face da pequena representatividade e por se tratar de contas que não estão sujeitas aos efeitos dos fatores de Risco de Mercado.

4.3. Risco de Liquidez

Gestão do Risco de Liquidez

As tabelas, abaixo, demonstram os fluxos de caixa dos ativos em seus respectivos vencimentos e o fluxo de caixa das saídas das Provisões Técnicas, considerando seus prazos contratuais.

	31/12/2024				31/12/2023			
Aplicações Financeiras	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos	2.115.395	5.561.780	3.996.414	11.673.589	4.529.532	2.971.519	4.203.444	11.704.495
Títulos de Renda Fixa - Privados	43.752	179.743	39.616	263.111	42.102	120.200	99.310	261.612
Fundo de Renda Variável	1.648	-	-	1.648	4.525	-	-	4.525
Instrumento Financeiro - DI	5.803	-	-	5.803	-	-	-	-

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 15.138.043/0001-05
www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

e frequência resulta na classificação dos riscos que irão compor o inventário de riscos da Companhia, monitorado pelos gestores e órgãos de governança.

A Companhia monitora suas perdas, por meio do registro em Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), utilizando os mesmos registros que atendem às exigências da SUSEP.

A Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos ajustou seus normativos e processos, conforme exigência da Circular SUSEP nº 606/2022 e incluiu em suas atividades de 2024 a elaboração do estudo dos riscos de sustentabilidade, concluindo pela sua não materialidade.

A Companhia adota medidas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PCLD/FT), obedecendo aos parâmetros estipulados na legislação e disponibiliza Canal de Ética para registro de denúncias.

A estrutura de gestão conta com área especialmente dedicada à segurança da informação, proteção de dados e PCLD/FT, com objetivo gerencial, operacional e de atendimento às exigências legais sobre o tema.

4.6. Risco de Subscrição

A Companhia monitora o risco de subscrição por meio de indicador quantitativo de VaR, considerando as variações nos sorteios e nas despesas administrativas, cujos limites encontram-se na Declaração de Apetite a Riscos e na Norma de Governança de Riscos.

5. Aplicações

5.1. Classificação da Carteira

Conforme determinado pela Circular SUSEP nº 648/2021, os ativos mantidos, essencialmente, com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante. A Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

Vencimentos	31 a 180 dias		Acima de 360 dias		Valor Contábil	Valor Justo	%
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
31/12/2024							
Debêntures	-	-	-	85.658	85.658	85.658	0,72
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	43.752	-	30.932	74.684	74.684	0,62
Letras Financeiras	-	-	-	102.769	102.769	102.769	0,86
Fundo Exclusivo de Renda Fixa – Composição:							
Operação Compromissada (*)	39.168	-	-	-	39.168	39.168	0,33
Letra do Tesouro Nacional (LFT)	-	-	-	3.137.533	3.137.533	3.137.533	26,22
Letra do Tesouro Nacional (LNTN)	-	-	-	502.794	502.794	502.794	4,20
DI Futuro	261	-	-	-	261	261	-
Saldo de Caixa	1	-	-	-	1	1	-
Outros Valores, Bens e Taxas Diferidas	1	-	-	-	1	1	-
Valores a Pagar	(40)	(2)	-	-	(42)	(42)	-
Fundo Exclusivo de Renda Variável – Composição:							
Operação Compromissada (*)	9	-	-	-	9	9	-
Depósito de Margem de Garantia – Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Índice Bovespa Futuro	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de Caixa	45	-	-	-	45	45	-
Valores a Receber	24	-	-	-	24	24	-
Valores a Pagar	(4)	(3)	-	-	(7)	(7)	-
Ações Companhia Abertas	1.577	-	-	-	1.577	1.577	0,1
Instrumento Financeiro - DI Futuro	5.803	-	-	-	5.803	5.803	0,5
Fundo Não Exclusivo	21.139	-	-	-	21.139	21.139	0,18
Total de Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	67.984	43.747	-	3.859.686	3.971.417	3.971.417	33,19
Letras do Tesouro Nacional (LNTN)	-	344.421	181.895	3.884.261	4.410.577	3.959.029	36,86
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	739.961	-	-	2.033.606	2.773.567	2.215.814	23,18
Total de Títulos Mensurados ao Custo Amortizado	739.961	344.421	181.895	5.917.867	7.184.144	6.474.843	60,04
Letras do Tesouro Nacional (LNTN)	-	-	-	-	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	809.729	-	-	-	809.729	809.729	6,77
Total de Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	809.729	-	-	-	809.729	809.729	6,77
Circulante	1.617.674	388.168	181.895	3.859.686	6.047.423	6.040.334	50,54
Não Circulante	-	-	-	5.917.867	5.917.867	5.215.655	49,46
Total da Carteira	1.617.674	388.168	181.895	9.777.553	11.965.290	11.255.989	100,00

Vencimentos	31 a 180 dias		Acima de 360 dias		Valor Contábil	Valor Justo	%
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
31/12/2023							
Debêntures	-	21.170	-	123.594	144.764	144.764	1,21
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	20.932	39.164	60.096	60.096	0,50
Letras Financeiras	-	-	-	56.752	56.752	56.752	0,47
Fundo Exclusivo de Renda Fixa – Composição:							
Operação Compromissada (*)	1.284.144	-	-	-	1.284.144	1.284.144	10,73
Letra do Tesouro Nacional (LFT)	-	-	-	3.694.055	3.694.055	3.694.055	30,86
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	173.308	-	173.308	173.308	1,45
Saldo de Caixa	121	-	-	-	121	121	-
Outros Valores, Bens e Taxas Diferidas	1	-	-	-	1	1	-
Valores a Pagar	(129)	-	-	-	(129)	(129)	-
Operação Compromissada (*)	670	-	-	-	670	670	0,1
Depósito de Margem de Garantia – Derivativos	1	-	-	-	1	1	-
Ajuste de Índice Bovespa Futuro	-	(1)	-	-	(1)	(1)	-
Saldo de Caixa	78	-	-	-	78	78	-
Valores a Receber	137	-	-	-	137	137	-
Valores a Pagar	(93)	-	-	-	(93)	(93)	-
Ações Companhia Abertas	3.733	-	-	-	3.733	3.733	0,3
Fundo Não Exclusivo	913	-	-	-	913	913	0,1
Total de Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	1.289.576	21.169	194.240	3.913.565	5.418.550	5.418.550	45,27
Letras do Tesouro Nacional (LNTN)	1.285.305	-	1.059.254	1.453.606	3.798.165	3.823.074	31,73
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	1.216.871	1.216.871	1.225.573	10,16
Total de Títulos Mensurados ao Custo Amortizado	1.285.305	-	1.059.254	2.670.477	5.015.036	5.058.647	41,89
Letras do Tesouro Nacional (LNTN)	366.836	-	360.691	-	727.527	727.527	6,08
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	810.432	810.432	810.432	6,77
Total de Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	366.836	-	360.691	810.432	1.537.959	1.537.959	12,85
Circulante	2.941.717	21.169	1.614.185	4.723.997	9.301.068	9.307.350	77,69
Não Circulante	-	-	-	2.670.477	2.670.477	2.707.806	22,31
Total da Carteira	2.941.717	21.169	1.614.185	7.394.474	11.971.545	12.015.156	100,00

(*) As Operações Compromissadas são lastreadas por Títulos Públicos Federais.

5.2. Taxas de juros contratadas

As taxas médias de aquisição dos Títulos e Valores Mobiliários da carteira foram calculadas com base nas seguintes premissas:

- A ponderação das taxas foi feita levando-se em conta Títulos Públicos e Privados, segmentados por tipo de indexador; e
- As taxas foram ponderadas pela sua representatividade financeira na carteira.

Indexador	31/12/2024	31/12/2023	Taxa %
Títulos Privados - Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:			
% CDI	105,82	109,84	
CDI +	1,36	1,24	
Títulos Públicos - Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:			
Selic +	0,11	0,12	
IPCA +	15,45	6,62	
Pré	10,53	10,72	
Títulos Públicos - Títulos mensurados ao custo amortizado:			
Pré	6,67	6,83	

5.3. Movimentações das Aplicações Financeiras

	Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	Títulos Mensurados ao Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2022	4.426.026	3.747.580	1.892.342	10.065.948
(+) Aplicações	4.223.770	2.029.757	-	6.253.527
(-) Resgates	(3.878.735)	(1.083.863)	(476.000)	(5.438.598)
(-) Juros/Amortização (*)	(27.453)	(80.574)	(75.397)	(183.424)
(+) Rendimentos	688.061	402.136	100.348	1.190.545
(+/-) Ganhos/Prejuízos (**)	(68)	-	-	(68)
(+/-) Ajustes TVM	(13.051)	-	96.666	83.615
Saldo em 31/12/2023	5.418.550	5.015.036	1.537.959	11.971.545
(+) Aplicações	5.438.892	4.098.781	-	9.537.673
(-) Resgates	(7.305.666)	(2.406.098)	(746.201)	(10.457.965)
(-) Juros/Amortização (*)	(16.804)	(187.111)	(75.400)	(279.315)
(+) Rendimentos	439.407	663.536	62.541	1.165.484
(+/-) Ganhos/Prejuízos (**)	9	-	-	9
(+/-) Ajustes TVM	(2.971)	-	30.830	27.859
Saldo em 31/12/2024	3.971.417	7.184.144	809.729	11.965.290

(*) Juros - É quando o credor paga a remuneração contratada na emissão dos títulos e valores mobiliários.

(*) Amortização - É quando o credor paga parte do valor principal.

(**) Ganhos/Prejuízos apurados na venda dos títulos e valores mobiliários.

5.4. Instrumentos Financeiros Derivativos

Política de Liquidez e Investimentos (PLI)

De acordo com a PLI e normativos vigentes, a Brasilcap poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo exclusivo de proteção às variações de preços dos seus ativos financeiros sua carteira (hedge). A Companhia, ao longo do exercício de 2024, contratou Instrumentos Financeiros Derivativos representativos de contratos futuros de DI, na Carteira Própria, que são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que são celebrados e, subsequentemente, precificados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado. A Companhia não adotou a contabilidade de hedge ("hedge accounting").

Composição

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas no quadro a seguir:

Contrato	Tipo de Investimentos	Vencimento	31/12/2024	
			Valor nominal	Item objeto de hedge
DI1F28	Taxa de Juros	Jan/28	106.142	LTN Jan/28
DI1F29	Taxa de Juros	Jan/29	897.478	NTN-F Jan/29
DI1N27	Taxa de Juros	Jul/27	1.218.925	LTN Jul/27
			2.222.545	

Saldos contábeis referentes às operações de hedge:

Contrato	31/12/2024		
	Ativo	Receita Financeira	Despesa Financeira
DI1F28	6	6	-
DI1F29	3.478	74.973	68.725
DI1N27	2.319	2.319	-
	5.803	77.298	68.725

A Companhia incorreu no exercício em despesas de taxa de permanência e corretagem no valor de R\$ 164. Em 31.12.2023, não havia posição de instrumentos financeiros derivativos na carteira própria.

6. Instrumentos Financeiros

6.1. Prática contábil - Classificação e Mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC39, 40(R1), 46 e 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus Instrumentos Financeiros, inclusive derivativos. Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

- Caixa e Bancos - são representados por numerários em caixa, depósitos bancários sem vencimento integrantes da gestão de caixa da Companhia. São incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
- Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) - São classificados nessa categoria os ativos que não sejam mensurados ao custo amortizado ou VJORA, são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no exercício, ajustados ao valor justo e classificados no Ativo Circulante. Os rendimentos e as variações no valor justo são reconhecidos no resultado do período.
- Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - São Ativos Financeiros para os quais ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, (ii) os termos do ativo financeiro derem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.
- Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - classificam-se nessa categoria os ativos financeiros (i) mantidos tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucro ou prejuízos (ii) cujos termos contratuais dão origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor em aberto. São contabilizados pelo custo, acrescidos dos rendimentos, ajustados a valor justo. Os rendimentos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo não realizadas são reconhecidas na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido, líquidos dos efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriados ao resultado do período.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado - Os Passivos Financeiros que não são classificados como a Valor Justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo Custo Amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. As despesas de juros são apresentadas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

6.2. Avaliação a Valor Justo

O Valor Justo das aplicações dos Fundos de Investimentos foi obtido a partir dos valores divulgados pelas Instituições Financeiras administradoras dos fundos. Os títulos de Renda Fixa Públicos e Privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência e cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ANBIMA ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - BBASSET. Os critérios de precificação dos Instrumentos Financeiros Derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da (ANBIMA). Os investimentos mensurados ao custo amortizado estão registrados e divulgados pelo valor de custo mais rendimentos, sendo o Valor Justo apresentado apenas para fins de divulgação (nota explicativa nº 5.1).

Hierarquia do Valor Justo

Os diferentes níveis são definidos conforme segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia não possui Instrumentos Financeiros classificados no Nível 3.

Composição

Os valores justos dos principais ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

Ativos e Passivos Financeiros	31/12/2024		31/12/2023	
	Hierarquia de Valor Justo	Valor Contábil	Hierarquia de Valor Justo	Valor Contábil
Caixa e Bancos	Amortizado	370	Amortizado	34
Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)				
Debêntures	2	3.971.417	2	5.418.550
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	2	85.658	2	5.418.550
Letras Financeiras	2	74.684	2	144.764
Instrumento Financeiro Derivativo	1	102.769	1	60.096
Quotas de Fundos Exclusivos Renda Fixa	1	5.803		

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 15.138.043/0001-05
www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Existem valores de Imposto de Renda e Contribuição Social, nos montantes de R\$ 26.981, em 31 de dezembro de 2024, e R\$27.208 em 31 de dezembro de 2023. (Finor, Incentivos Cinematográficos e outras provisões) controlados na Escrituração Contábil Fiscal - ECF que não possuem Créditos Tributários Diferidos contabilizados nas Demonstrações Financeiras, uma vez que a Companhia julga serem de difícil realização fiscal (dedutibilidade).
Movimentação do Imposto de renda e Contribuição Social diferidos

	31/12/2024		31/12/2023	
	IR	CS	IR	CS
Saldo no início do exercício.....	126.755	74.978	150.133	89.043
Reconhecido no resultado.....	3.747	2.214	788	435
Reconhecido no patrimônio líquido.....	(7.707)	(4.625)	(24.168)	(14.500)
Saldo no final do exercício.....	122.795	72.567	126.755	74.978

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários Diferidos
 Em atendimento a Circular SUSEP nº 648/2021, Inciso II, Artigo nº 130, e alterações posteriores, apresentamos, abaixo, os prazos estimados para a realização dos Créditos Tributários Diferidos acima demonstrados.

Ano	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	TOTAL	%
2025.....	145	256	401	0,21
2026.....	4.377	2.626	7.003	3,58
2027.....	113.883	65.969	179.852	92,06
2028.....	2.359	1.416	3.775	1,93
2029.....	(263)	924	661	0,34
2030/2032.....	630	378	1.008	0,52
2033/2035.....	1.664	998	2.662	1,36
TOTAL.....	122.795	72.567	195.362	100,00

Imposto de renda e Contribuição Social apurados no exercício
 Apresentamos, a seguir, a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

	31/12/2024		31/12/2023	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes do IR e da CSLL e após a Participação dos Empregados.....	441.955	441.955	434.500	434.500
Resultado antes dos Tributos.....	451.418	451.418	442.900	442.900
Participações dos Administradores e Empregados.....	(9.463)	(9.463)	(8.400)	(8.400)
Adições/(Exclusões) Permanentes.....	10.445	7.254	10.999	7.310
Despesas/Reversões não dedutíveis.....	10.445	7.254	10.999	7.310
Adições/(Exclusões) Temporárias.....	14.977	14.754	3.158	2.898
Ajustes a valor justo de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros	14.770	14.770	9.457	9.457
Provisões para Processos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....	(227)	(224)	(6.259)	(6.259)
Outras Adições/Exclusões.....	434	208	(40)	(300)
Base de Cálculo dos Encargos Incidentes.....	467.377	463.963	448.657	444.708
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	111.251	69.594	106.413	66.706
Alíquota de 15%.....	70.107	69.594	67.299	66.706
Adicional de 10%.....	46.714	-	44.842	-
Incentivos Fiscais.....	(5.569)	-	(5.730)	-
Tributos Diferidos.....	(3.747)	(2.214)	(788)	(435)
Subtotal.....	107.504	67.380	105.623	66.271
Alíquotas Efetivas.....	24,32%	15,25%	24,31%	15,25%
Ajuste de Exercícios Anteriores (*).....	(1.492)	(12.207)	(3.455)	(2.275)
Total dos Tributos.....	106.012	55.173	102.168	63.996

(*) Em 2024 a Companhia registrou R\$ 11.288 decorrente da decisão favorável com trânsito em julgado relativa à anterioridade nonagesimal da CSLL, instituída pela Lei 13.169/2015, que majorou a alíquota de 15% para 20% a partir de janeiro de 2016. Além disso, através da Lei 11.196/2005 (Lei do Bem), a Companhia obteve sucesso junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na aprovação integral das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, registrando em 2024 crédito de IRPJ e CSLL na ordem de R\$ 1.492 e R\$ 919, respectivamente.

11. Depósitos Judiciais e Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Prática Contábil
 A Companhia, em conformidade com o CPC 25, provisiona as suas obrigações prováveis e apenas divulga em notas explicativas as considerações possíveis.

As provisões para as Ações Judiciais relacionadas natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, baseadas na legislação vigente e pareceres jurídicos internos e externos. São contabilizadas com base nos normativos vigentes e nas opiniões do Departamento Jurídico Interno e dos Consultores Legais Independentes sobre o provável resultado dos processos judiciais.

As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Outros Débitos - Provisões Fiscais", no Passivo Não Circulante, independentemente da probabilidade de perda, por se tratar de obrigações legais. Os correspondentes Depósitos Judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no Ativo Não Circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

As Ações Judiciais de natureza Cível e Trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente de acordo com a avaliação do Departamento Jurídico Interno e Consultores Legais Independentes e atualizadas mensalmente pelo índice de correção do FGTS no caso das ações trabalhistas. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado.

Os Depósitos Judiciais Trabalhistas são contas consideradas à disposição do Juízo e são corrigidos pelo índice da poupança, conforme art. 899 § 4º da Lei nº 13.467/2017. Os Depósitos Judiciais Cíveis são corrigidos por índice próprio da Instituição Financeira que é responsável pelo depósito. Os depósitos judiciais tributários são corrigidos pela taxa Selic e/ou TR.

A premissa para classificação dos Depósitos e das Provisões Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis entre Passivo Circulante e Não Circulante leva em consideração a expectativa da Administração em relação aos extensos prazos para finalização dos processos nos tribunais.

Composição

a. Composição dos Depósitos Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

	31/12/2023		Atualização Monetária		Liquidação Financeira		Reversão		31/12/2024
	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Adições	Reversões	
CSLL.....	382.352	20.822	29.261	-	-	-	-	-	432.435
COFINS.....	726.995	-	40.373	-	-	-	-	-	767.368
PIS.....	108.669	-	6.278	-	-	-	-	-	114.947
Ativos Fiscais.....	1.218.016	20.822	75.912	-	-	-	-	-	1.314.750
Cíveis.....	4	-	2	-	-	(6)	-	-	4
Trabalhistas.....	422	3	17	-	(133)	-	-	-	309
Demais Ativos.....	426	3	19	-	(139)	-	-	-	309
Total.....	1.218.442	20.825	75.931	(139)	(139)	(139)	(139)	(139)	1.315.059

b. Composição das Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

	31/12/2022		Atualização Monetária		Liquidação Financeira		Reversão		31/12/2023
	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Adições	Reversões	
CSLL.....	335.317	15.365	31.670	-	-	-	-	-	382.352
COFINS.....	679.116	-	47.879	-	-	-	-	-	726.995
PIS.....	101.224	-	7.445	-	-	-	-	-	108.669
INSS.....	10.134	420	326	(10.880)	-	-	-	-	-
Ativos Fiscais.....	1.125.791	15.785	87.320	(10.880)	-	-	-	-	1.218.016
Cíveis.....	8	15	-	-	-	(19)	-	-	4
Trabalhistas.....	513	45	22	-	(158)	-	-	-	422
Demais Ativos.....	521	60	22	-	(177)	-	-	-	426
Total.....	1.126.312	15.845	87.342	(10.880)	(177)	(177)	(177)	(177)	1.218.442

c. Composição das Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

	31/12/2023		Atualização Monetária		Liquidação Financeira		Reversão		31/12/2024
	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Adições	Reversões	
CSLL.....	399.290	7.083	20.773	-	(19.013)	-	-	-	415.856
COFINS.....	726.995	-	40.373	-	-	-	-	-	767.368
PIS.....	107.995	-	6.278	-	-	-	-	-	114.273
JCP.....	121	-	10	-	-	-	-	-	131
Passivos Fiscais.....	1.234.401	7.083	75.157	-	(19.013)	-	-	-	1.297.628
Cíveis.....	273	182	-	-	-	(167)	-	-	298
Trabalhistas.....	667	257	-	-	-	(478)	-	-	446
Demais Passivos.....	940	439	-	-	-	(645)	-	-	734
Total.....	1.235.341	7.522	75.157	(19.658)	(19.658)	(19,658)	(19,658)	(19,658)	1.298.362

Detalhamento dos Processos por Natureza de Risco de Perda:

	31/12/2024				31/12/2023				
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Quantidade
Obrigações Legais - Fiscal									
Provável.....	530.260	530.260	4	108.116	108.116	3	-	-	3
Possível.....	-	-	-	399.290	399.290	1	-	-	1
Remota.....	767.368	767.368	1	726.995	726.995	1	-	-	1
Total.....	1.297.628	1.297.628	5	1.234.401	1.234.401	5	-	-	5
Trabalhistas									
Provável.....	446	446	15	667	667	18	-	-	18
Possível.....	2.070	-	23	1.737	-	21	-	-	21
Remota.....	3.250	-	4	850	-	3	-	-	3
Total.....	5.766	466	42	3.254	667	42	-	-	42
Cíveis e Outras									
Provável.....	288	288	23	273	273	31	-	-	31
Possível.....	429	-	73	423	-	61	-	-	61
Remota.....	354	-	36	3.745	-	46	-	-	46
Total.....	1.071	288	132	4.441	273	138	-	-	138

Totais

Provável.....	530.994	530.994	42	109.056	109.056	52
Possível.....	2.499	-	96	401.450	399.290	83
Remota.....	770.972	767.368	41	731.590	726.995	50
Total.....	1.304.465	1.298.362	179	1.242.096	1.235.341	185

As probabilidades de perdas das ações ajuizadas pela Companhia são convalidadas pela Administração tendo como base a avaliação dos advogados que patrocinam as causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação, sob o acompanhamento de sua área jurídica.

11.1. Obrigações Legais - Fiscais com Natureza de Risco de Perda Provável

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como prováveis de perda. Em 31 de dezembro de 2024, as principais causas provisionadas são:

a) Judicial - PIS - Refere-se à Contribuição ao PIS e a consideração das receitas de Capitalização na base de cálculo do PIS e o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS promovido pela Lei nº 9.718/1998. O valor

provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 105.899 (R\$99.946 em 31 de dezembro de 2023) e o valor depositado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 105.899 (R\$99.946 em 31 de dezembro de 2023). Após sentença e apelações desfavoráveis, os autos foram remetidos ao STF para julgamento do recurso extraordinário. Desde fevereiro de 2022, a Companhia deixou de realizar depósitos judiciais, recolhendo tributos diretamente à Receita Federal. Em junho de 2023, o STF decidiu no RE 609.096/RS (Tema 372) que receitas operacionais típicas de instituições financeiras integram a base de cálculo do PIS e COFINS, com exclusões legais aplicáveis. O processo retornou ao tribunal de origem para análise com base nessa decisão.

b) Judicial - PIS - Refere-se ao mandato de segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de garantir inaplicabilidade da EC nº 17/1997, no que refere ao PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, considerando o disposto no art. 195, § 6º, da CF. O valor provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 8.374 (R\$8.049 em 31 de dezembro de 2023) e o valor depositado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 9.048 (R\$ 8.723 em 31 de dezembro de 2023). Em 5 de dezembro de 2018, transitou em julgado decisão que reconheceu apenas anterioridade nonagesimal. Negado provimento ao recurso da Brasilcap, foi mantido o recolhimento do PIS conforme a LC nº 7/1970 para o período de julho de 1997 a fevereiro de 1998. O processo teve êxito parcial para esse período e perda nos demais aspectos. Os valores relativos aos três meses de apuração, totalizando R\$ 702 em depósitos judiciais, estão em fase de liquidação e ainda não foram levantados. A provisão correspondente foi revertida em 2021.

c) Judicial - CSLL - Refere-se ao mandato de segurança, questionando a majoração da alíquota de 15% para 20%. O valor provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 415.856 (R\$399.290 em 31 de dezembro de 2023) e o valor depositado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 432.435 (R\$382.352 em 31 de dezembro de 2023). Em outubro de 2022, acórdão concedeu parcialmente a segurança quanto ao período nonagesimal. Embargos e recursos da Fazenda Nacional e Pública foram negados, com trânsito em julgado em 19 de março de 2024. O montante de R\$ 19.013 referente ao período nonagesimal foi baixado da provisão em abril de 2024, sendo R\$ 11.288 de principal e R\$ 7.725 de atualização pela Selic. Guarda-se a liquidação da sentença para levantamento do valor e conversão do excedente em renda para a União.

11.2. Obrigações Legais - Fiscais com a Natureza de Risco de Perda Remota

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como remota de perda.

Em 31 de dezembro de 2024, as principais causas provisionadas são:

a) Judicial - COFINS - Refere-se à inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que revogou a isenção de COFINS concedida às sociedades de capitalização (LC nº 70/1991) e ampliou a base de cálculo (definiu "faturamento" como "receita bruta"). O valor provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 767.368 (R\$726.995 em 31 de dezembro de 2023) e o valor depositado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 767.368 (R\$726.995 em 31 de dezembro de 2023). Em fevereiro de 2022, a Companhia deixou de efetuar os depósitos judiciais referentes a este processo, passando a recolher o tributo diretamente à Receita Federal. Em junho de 2023, o STF, no RE 609.096/RS (Tema 372), decidiu que receitas brutas de instituições financeiras integram a base de cálculo do PIS e COFINS, com exclusões legais. O processo foi suspenso em 11/10/2024, por tratar da mesma controvérsia do RE 1479774, submetido à Repercução Geral (Tema 1309).

12. Débitos de Operações com Capitalização

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões de Corretagem a Pagar.....	2.581	5.230
Cancelamentos de Títulos de Capitalização.....	128	32
Outros Débitos Operacionais.....	79	773
Total (nota explicativa nº 6).....	3.468	6.095

13. Obrigações a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores a Pagar.....	12.749	23.520
Dividendos a pagar e Juros sobre Capital Próprio a Pagar.....	2.312	2.864
Participações nos Lucros a Pagar.....	9.828	11.051

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Contratos:	Taxas de depreciação		Saldo em 31/12/2022		Novos Contratos Remensurações		Depreciação		Saldo em 31/12/2023	
	10% a.a	25% a.a	11.141	455	966	220	(1.472)	(270)	-	10.635
Imóveis										
Equipamentos de TI										
Veículos										
			11.675	79	1.193	7	(1.789)	(47)	(25)	14
										11.054

Contratos:	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	1.582	1.152	10.703	11.071
Novos Contratos/Remensurações	260	404	1.528	789
Juros	1.444	1.428	-	-
Pagamentos	(2.699)	(2.530)	-	-
Reclassificações	1.864	1.157	(1.864)	(1.157)
Baixa	(96)	(29)	(76)	-
Saldo Final	2.355	1.582	10.291	10.703

18. Patrimônio Líquido
18.1. Capital Social
O Capital Social totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, é de R\$354.398, e está representado por 400.340.000 de ações, sendo 216.010.804 ordinárias nominativas (ON) e 184.329.196 preferenciais nominativas (PN), sem valor nominal.

Acionistas	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	% Capital Total
BB Seguros Participações S.A.	107.989.204	49,99	159.308.075	86,43	267.297.279	66,77
Icatu Seguros S.A.	54.010.799	25,00	12.833.569	6,96	66.844.368	16,70
Cia. Seguros Aliança da Bahia	51.292.002	23,75	12.187.552	6,61	63.479.554	15,85
Acionistas Minoritários	2.718.799	1,26	-	-	2.718.799	0,68
Total	216.010.804	100,00	184.329.196	100,00	400.340.000	100,00

18.2. Reservas de Lucros
Reserva Legal
É constituída ao final do exercício social, à razão de 5% sobre o Lucro Líquido de cada exercício até atingir o limite de 20% do Capital Social, em conformidade às disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia.
Outras Reservas de Lucros
São compostas por Reservas Suplementares para futuro aumento de capital, para compensar prejuízos acumulados, podendo ter outra destinação, conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração. Fica esta reserva limitada ao valor do Capital Social, conforme estabelecido no artigo nº 199 da Lei das Sociedades Anônimas.
No exercício de 2024, as Reservas de Lucros ultrapassaram o Capital Social, a Assembleia Geral, deliberará sobre a destinação do valor excedente, conforme estabelecido no artigo nº 199 da Lei 6.404/76, demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal	70.880	70.880
Outras Reservas Lucros	378.574	378.574
Reserva de Incentivos Fiscais	7.552	7.552
Reservas de Lucros	449.454	449.454
Capital Social	354.398	354.398
Excedente - Art. nº 199 - Lei 6.404/76	95.056	95.056

18.3. Dividendos
Aos acionistas são garantidos estatutariamente Dividendos Mínimos equivalentes a 25% do Lucro Líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor e a Política de Gestão de Capital da Companhia. Em 5 de fevereiro de 2024, foram creditados aos acionistas Dividendos Adicionais no valor de R\$191.190, oriundos da Reserva de Lucro.
Em reunião realizada em 1º de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Administração para pagamentos de dividendos intermediários no montante de R\$70.555, referente a 50% do lucro líquido apurado no semestre findo de 30 de junho de 2024.

18.4. Destinação do Resultado do Exercício
Demonstramos, abaixo, os cálculos da proposta de destinação do resultado referente aos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	280.770	268.337
Proposta de Distribuição do Lucro Líquido:		
Constituição da Reserva Legal	(146)	(13.417)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(70.555)	(63.730)
Dividendos Antecipados	(70.555)	(63.065)
Dividendos Mínimos Obrigatório - Complementar	-	(665)
Constituição de Outras Reservas de Lucros	(210.069)	(191.190)
Lucro Líquido Destinado	(280.770)	(268.337)

18.5 Proposta de Aumento de Capital Social
A Administração, em atendimento ao art. 199 da Lei 6.404/76, encaminhará proposta de aumento de capital social no montante de R\$ 48.602, por meio de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, a ser aprovada pelo Conselho de Administração em 5 de fevereiro de 2025 e, posteriormente, encaminhada para deliberação da Assembleia prevista para março de 2025.

19. Detalhamento das Contas da Demonstração de Resultado
Prática contábil
As receitas e despesas são registradas no período em que elas ocorrem, observado o regime de competência, sendo reconhecidas no resultado quando do recebimento ou informação do recebimento para as cotas de capitalização e sorteio da contribuição, e para as cotas de carregamento dos títulos de pagamento único o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate. O reconhecimento das despesas de Provisão Matemática para Capitalização, Provisão para Sorteio e demais Custos de Aquisição necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita. As Receitas e Despesas Financeiras são reconhecidas nas respectivas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de Estudo Técnico comprovou que não há necessidade de diferir as receitas líquidas de títulos de Pagamento Único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com Títulos de Capitalização		6.716.787	6.447.771
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio		6.189.366	5.906.648
Devolução e Cancelamento - Quotas de Capitalização e Sorteio		(132.005)	(87.901)
Contribuição - Quotas de Carregamento		702.318	699.184
Devolução e Cancelamento - Quotas de Carregamento		(42.892)	(70.161)
Varição das Provisões de Resgates		(5.991.376)	(5.708.258)
Reversão da Provisão para Resgate		98.169	88.281
Constituição da Provisão para Resgate		(6.083.992)	(5.788.653)
Despesas com Resgate		(5.789)	(7.329)
Reversão de Provisão para Distribuição de Bônus		-	2
Constituição de Provisão para Distribuição de Bônus		236	(559)
Varição da Provisão de Sorteios		(49.409)	(54.036)
Reversão da Provisão para Sorteios		118.715	128.796
Constituição da Provisão para Sorteios		(105.487)	(118.375)
Despesas com Títulos Sorteados		(62.635)	(64.511)
Varição da Provisão Complementar de Sorteios		(2)	54
Custo de Aquisição		(598.952)	(574.492)
Corretagem		(520.941)	(496.464)
Custeamento de Vendas		(78.011)	(78.028)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		79.695	68.192
Confecção e Postagem de Títulos		-	(2.117)
Receita com Prescrição de Títulos de Capitalização		38.343	33.056
Receita com Resgates Antecipados de Títulos		43.450	37.703
Provisões para Ações Judiciais		(86)	(180)
Outras Receitas/Despesas		(2.012)	(270)
Despesas Administrativas		(128.267)	(137.870)
Pessoal Próprio		(75.156)	(72.572)
Prestadores de Serviços		(34.428)	(44.531)
Localização e Mercantil		(7.538)	(7.803)
Arrendamento		(41)	(295)
Publicidade e Propaganda		(6.359)	(7.914)
Publicações		(143)	(176)
Donativos e Contribuições		(3.737)	(3.905)
Diversas		(865)	(674)
Tributos		(41.908)	(40.953)
PIS		(5.411)	(5.360)
COFINS		(33.299)	(32.986)
Taxa de Fiscalização - SUSEP		(2.895)	(2.249)
Outros		(303)	(358)
Receitas Financeiras		1.266.601	1.219.287
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		530.410	714.279
Títulos de Renda Fixa - Privados	5.3	34.705	31.514
Contratos Futuros - DI	5.4	77.298	16.788
Quotas de Fundos de Investimento	5.3	416.943	664.473
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	5.3	1.464	1.504
Títulos Mensurados ao Custo Amortizado		663.536	402.136
Títulos de Renda Fixa - Públicos	5.3	663.536	402.136
Títulos Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros		62.541	100.348
Títulos de Renda Fixa - Públicos	5.3	62.541	100.348
Outras Receitas		10.114	2.524
Despesas Financeiras		(800.986)	(776.733)
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(93.754)	(38.782)
Contratos Futuros - DI	5.4	(68.889)	(16.239)
Títulos de Renda Fixa - Privados		-	(68)
Quotas de Fundos de Investimento	5.3	(20.430)	(7.920)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	5.3	(4.435)	(14.555)
Outras Despesas		(707.232)	(737.951)
Atualização Monetária e Juros das Provisões Técnicas	16	(686.714)	(723.600)
Taxa de Administração da Carteira		(14.843)	(10.747)
Juros e IOF sobre Empréstimos Bancários	14	(1.405)	-
Juros sobre Arrendamentos	17	(1.444)	(1.428)
Outras Despesas Financeiras		(2.826)	(2.176)
Resultado Patrimonial		(702)	-
Redução ao valor recuperável		(702)	-
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes		(65)	(7)
Resultado na Alienação de Bens do Ativo não Circulante		(81)	(7)
Resultado de Outras Operações		16	-

20. Transações com Partes Relacionadas
Os saldos patrimoniais e o resultado líquido das transações com Partes Relacionadas estão demonstradas nos quadros a seguir de forma comparativa, conforme o CPC 05 (R1):

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração	31/12/2024				31/12/2023			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Pessoal-Chave da Administração	510	1.885	-	(11.889)	1.294	3.789	-	(13.626)
Honorários e Encargos Sociais	-	74	-	(8.676)	-	209	-	(9.432)
Diretoria Executiva (1)	-	74	-	(4.450)	-	209	-	(5.502)
Conselho de Administração	-	-	-	(2.756)	-	-	-	(2.462)
Comitê de Auditoria	-	-	-	(525)	-	-	-	(525)
Conselho Fiscal	-	-	-	(420)	-	-	-	(419)
Comitê de Riscos	-	-	-	(525)	-	-	-	(525)
Remuneração Variável da Diretoria	487	1.811	-	(1.965)	1.294	3.580	-	(3.080)
Benefícios (2)	23	-	-	(1.248)	-	-	-	(1.114)

(1) A remuneração mensal e global dos administradores é estabelecida pela Assembleia Geral.
(2) Benefícios considerados: assistência médica, odontológica, seguro de vida e previdência complementar dos administradores.

Partes Relacionadas	Cate-goria	31/12/2024				31/12/2023			
		Ativo	Passivo	Re-ceita	Despesa	Ativo	Passivo	Re-ceita	Despesa
a. BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Ligada	-	2.315	-	(510.620)	-	3.254	-	(484.166)
b. BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB Asset Management)	Ligada	-	1.282	-	(14.843)	-	1.010	-	(10.747)
c. Banco do Brasil S.A.	Ligada	191	252.187	-	(52.652)	435	210	-	(43.881)
d. Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Ligada	10	11	-	(30)	-	13	-	(35)
e. Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Ligada	10	-	2	(839)	5	-	1	(782)
f. Aliança do Brasil Seguros S.A.	Ligada	7	-	-	(11)	6	-	-	(9)
g. Alelo Instituição de Pagamento S.A.	Ligada	-	-	-	(2.932)	-	311	-	-
h. BB Administradora de Consórcios S.A.	Ligada	-	-	2.800	(2.458)	-	-	-	-
i. Nivel S.A.	Ligada	-	25	-	(3.305)	-	-	-	(7.820)
j. Cielo S.A.	Ligada	22.525	319	-	(3.249)	29.826	343	-	(2.898)
k. Fundação Banco do Brasil	Outras	-	-	-	(300)	-	-	-	-
l. Ciclic Corretora de Seguros S.A.	Ligada	-	63	634	(556)	-	45	-	-
m. BB Seguridade Participações S.A.	Ligada	173	635	-	(306)	346	687	-	(340)
n. BB Seguros Participações S.A.	Ligada	-	-	-	-	-	444	-	-
o. Icatu Seguros S.A.	Ligada	-	-	-	-	-	111	-	-
o. Companhia de Seguros Aliança da Bahia	Ligada	-	246	1.030	(955)	-	106	62	(103)
Total		22.916	257.083	4.466	(593.056)	30.618	6.534	63	(550.781)

Abaixo, a discriminação da natureza das operações de cada Parte Relacionada:

- (a) Despesas de Corretagem decorrentes da comercialização de Títulos de Capitalização na rede Banco do Brasil com prazo de liquidação de D+1 a D+30 conforme forma de pagamento (débito em conta/cartão de crédito);
- (b) Despesas Financeiras (taxas de administração) decorrente dos serviços prestados pela BBASSET, a partir de 1º de janeiro de 2020, para a administração das Carteiras de Ativos Financeiros. A Taxa de Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 0,20 % a.a. A liquidação financeira ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente;
- (c) Linha de crédito obtida e utilizada junto ao Banco do Brasil com taxa mensal de CDI+0,25%, Taxa de serviços de cobrança sobre comercialização de Títulos de Capitalização com liquidação em até 30 dias, despesas de incentivos às vendas com liquidação pela vigência do contrato anual, receitas com produtos promocionais (Títulos de Capitalização Modalidade Incentivo) com recebimentos à vista e despesas bancárias recorrentes com liquidações em até 30 dias;
- (d) Despesas com planos odontológicos dos funcionários com prazo de contrato indeterminado, onde a Brasilcap contribuiu com R\$8,23 por funcionário e dependentes com liquidação mensal;
- (e) Despesas com a Previdência Privada e pecúlio do funcionários com prazo de contrato indeterminado. O valor pago como benefício para cada funcionário é determinado por cálculos atuariais onde as principais variantes são salário e idade, com liquidação mensal;
- (f) Despesas com seguros patrimoniais da Companhia com liquidação do prêmio à vista e receita com Títulos de Capitalização - Produtos da Modalidade Incentivo (Promoções Comerciais) com recebimento à vista;
- (g) Despesas para realização de campanhas de vendas, com liquidação financeira à vista;
- (h) Receita com Títulos de Capitalização - Produtos da Modalidade Incentivo (Promoções Comerciais) com recebimento à vista;
- (i) Despesas comerciais com programa de benefícios para clientes Brasilcap - Pontos Livelo;
- (j) Despesas de cobrança da operadora de Cartão Crédito CIELO e Elo (taxa fixa 1,30%), Bandeiras Visa (taxa fixa 1,18%) e Bandeira Mastercard (taxa fixa 1,24%);
- (k) Despesas de doações com liquidação financeira em até 30 dias;
- (l) Receita com Títulos de Capitalização - Produtos da Modalidade Incentivo (Promoções Comerciais) com recebimento à vista;
- (m) Despesas com arrendamento mercantil e condomínio;
- (n) Dividendos e;
- (o) Dividendos e produtos de Incentivos.

21. Outros Assuntos
21.1. Cobertura de Seguros
Em razão dos riscos envolvidos a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros dos seus bens e Responsabilidade Civil dos Administradores em níveis adequados para os riscos envolvidos, conforme abaixo:

- Coberturas contratadas para Seguro Empresarial (Incêndio, roubo/furto, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, responsabilidade civil) - R\$8.926 em 31 de dezembro de 2024 e 2023;
- Coberturas contratadas para Responsabilidade Civil de Administradores e Gestores R\$60.000 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

22. Comitê de Auditoria
De acordo com a Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, artigo nº 131, inciso III, o Comitê de Auditoria revisou as Demonstrações Financeiras, inclusive as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA	
PRESIDENTE INTERINO	DIRETORES
Antonio Carlos de Macedo Teixeira Filho	Antonio Carlos de Macedo Teixeira Filho - Diretor Estatutário
	Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo - Diretor Estatutário
	Wallace Behrend Harchbart - Diretor Estatutário
	Denis dos Santos Moraes - Diretor
CONTADOR	ATUÁRIA
Jairton Cardoso Guimarães	Jacqueline Marques Lana
CRC-RJ 077462/O-4	MIBA-784
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
PRESIDENTE DO CONSELHO	CONSELHEIROS
André Gustavo Borba Assumpção Haui	Ana Cristina Rosa Garcia - Conselheira
	Antônio José Barreto de Araújo

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. 2º SEMESTRE DE 2024

Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atua de forma independente e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras, avaliar a efetividade dos controles internos, da auditoria contábil independente e da auditoria interna.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares aplicáveis.

A auditoria interna responde pela realização de trabalhos periódicos com foco nos principais riscos a que a Companhia está exposta, avaliando, com independência e objetividade, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação dos controles internos e da governança.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Brasilcap no 2º semestre de 2024. Avalia, também, adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras e adequação dos controles internos aos riscos suportados pela Companhia.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisitou documentos e informações, promoveu discussões internas. Reuniu-se com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com representantes das áreas de Auditoria Interna; Atuação Corporativa; Controladoria; Contabilidade; Conformidade; Escritório de Projetos e Processos; Finanças e Investimentos; Jurídico e Societário; e Ouvidoria. As atividades desenvolvidas, registradas em atas e no relatório semestral, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Em suas reuniões, o Comitê abordou, em especial, os seguintes assuntos: sistema de controles internos; elaboração das demonstrações financeiras; projeções da solvência, cobertura de reservas e indicadores; reservas atuariais; conciliação contábil e bancária; ouvidoria; demandas judiciais e depósitos judiciais; PLD – Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; auditorias interna e contábil independente; acompanhamento das recomendações

oriundas de áreas internas e de entidades externas; relacionamento com a SUSEP; evolução da Companhia acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com auditoria interna e com auditoria contábil independente, apreciou seu planejamento e acompanhou sua execução, bem como tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, suas conclusões e recomendações.

Revisou as demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do auditor contábil independente sobre as demonstrações financeiras, com o qual discutiu conclusões e encerramento do 2º semestre de 2024.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e vem recebendo a atenção permanente da Administração;
- a auditoria interna é efetiva e desempenha suas funções com independência;
- a auditoria contábil independente é efetiva e suas avaliações apoiam a opinião do Comitê sobre a integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua objetividade e independência; e
- as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de fevereiro de 2025

Bruno Alves do Nascimento
CoordenadorMarcio de Moraes Palmeira
MembroÂngela Beatriz de Assis
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 163, II, III e VII da Lei nº 6.404/76, declara haver procedido à análise do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, das informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, do Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, do Relatório do Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S/A, bem como do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes - Grant Thornton Serviços Atuariais, considerando satisfatório e suficiente o resultado dessa análise. Diante disso, este Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das correspondentes demonstrações financeiras da Companhia. O Conselho Fiscal manifesta seu parecer favorável à proposta da Administração, a ser submetida ao Conselho de Administração em reunião nesta data, de Destinação do Lucro Líquido de R\$ 280.770.348,77 (duzentos e oitenta milhões, setecentos e setenta mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos), como segue: a) constituição de reserva legal de R\$ 146.008,45 (cento e quarenta e seis mil, oito reais e quarenta e cinco centavos); b) ratificação do pagamento de dividendos intermediários de R\$ 70.555.121,54 (setenta milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos) realizado em 08/08/2024; c) constituição de reserva de lucros

no montante de R\$ 210.069.218,78 (duzentos e dez milhões, sessenta e nove mil, duzentos e dezoito reais e setenta e oito centavos); e d) proposta de aumento de capital no montante de R\$ 48.601.889,24 (quarenta e oito milhões, seiscentos e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), por meio de reservas de lucros, que após aprovações, passará ao montante de R\$ 403.000.000,00 (quatrocentos e três milhões de reais), sem alteração na quantidade de ações, mantendo-se a divisão em 216.010.804 (duzentas e dezesseis milhões, dez mil, oitocentas e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e em 184.329.196 (cento e oitenta e quatro milhões, trezentas e vinte e nove mil e cento e noventa e seis) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Por fim, com base nos esclarecimentos prestados, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram favoravelmente à proposta de Aumento de Capital e recomendaram que a referida proposta seja aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025

Marcel Kitamura
PresidenteAlbérico Machado Mascarenhas
Conselheiro TitularVinicius Marques de Carvalho
Conselheiro TitularMárcio Santiago Câmara
Conselheiro Titular

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Brasilcap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Brasilcap Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP).

Responsabilidade da administração

A Administração da Brasilcap Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Brasilcap Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Brasilcap Capitalização S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025

Grant Thornton

GRANT THORNTON SERVIÇOS ATUARIAIS LTDA.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51
CIBA nº 161Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira
Atuária MIBA 3398

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Brasilcap Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e contabilização das provisões técnicas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2024, provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização em vigor no montante de R\$11.020.215 mil, equivalentes a 87% de seu passivo.

Por causa da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, à volumetria das transações e à diversidade dos produtos de capitalização existentes, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção e a leitura das notas técnicas atuariais que suportam a constituição das provisões técnicas; (ii) o recálculo da constituição da provisão matemática de capitalização ("PMC"), da provisão de sorteio a realizar ("PSR") e da provisão para distribuição de bônus ("PDB") do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com base nas informações relativas às arrecadações do exercício e nas notas técnicas atuariais mencionadas no item (i); (iii) a realização de procedimentos analíticos substantivos referentes à atualização monetária das provisões técnicas no exercício; (iv) a conciliação dos registros oficiais de pagamento de resgates e sorteios com os registros contábeis, e o confronto dos respectivos valores totais de pagamentos de resgates e sorteios do exercício com os correspondentes extratos das instituições financeiras; (v) a realização de uma seleção amostral de pagamentos de resgates e de sorteios para a análise documental (confronto dos dados do subscritor com o cadastro realizado na base de dados, validação do CPF ou CNPJ com os dados da Receita Federal e comprovante de liquidação financeira do resgate e/ou sorteio); (vi) a análise da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas, no exercício, por natureza da transação; (vii) a realização de análises específicas ("Analytics") para determinadas naturezas de movimentações dos saldos e dos volumes das transações; e (viii) a verificação da adequação da contabilização e das divulgações efetuadas em notas explicativas para as provisões técnicas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente resumidos, consideramos os valores das provisões técnicas aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, sobre as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, inclusive, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJDeborah Sulyak Martins Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 RJ 093358/O-5

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>